



REQUERIMENTO

(Do Sr. José Priante)

Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado promova encontros regionais com Secretários Estaduais de Segurança Pública para ouvir, colher e, se for o caso, propor alterações legislativas, no que concerne à problemática da Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado promova encontros regionais, *in loco*, com Secretários Estaduais de Segurança Pública, para ouvir sugestões de suas Pastas e identificar, sob a ótica da segurança pública, as peculiaridades inerentes a cada região e os principais crimes cometidos, com o objetivo final de propor, se for o caso, alterações na legislação aplicável, no que concerne à problemática da Segurança Pública.

JUSTIFICAÇÃO

É insofismável que a segurança pública no Brasil vive um momento de extrema gravidade. Os índices de criminalidade atingem patamares sem precedentes. A violência tornou-se uma epidemia que se alastra por toda parte, seja no campo, seja nas cidades, em uma escalada que causa temor e tremor em todos, independentemente de estratificação social, de gênero ou faixa etária.

Nos grandes centros urbanos, nas periferias das capitais, nas fronteiras, no campo, e até nas pequenas cidades do interior, jovens, mulheres, empresários, trabalhadores, donas de casa e policiais tombam diariamente nessa trágica guerra civil em que se transformou o cotidiano dos cidadãos, sob o empuxo do crime organizado e da violência sistêmica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

No Brasil, com efeito, regredimos ao estado de barbárie e vivemos atualmente sob a égide do império do crime, que na prática impõe à sociedade um verdadeiro estado de sítio: são mais de cinquenta mil homicídios ao ano e mais centenas de milhares de feridos e mutilados nessa carnificina em que se converteu a vida cotidiana. Nesse contexto de extrema fragilidade institucional e de profundo esgarçamento da coesão social pela ação do crime em suas diversas morfologias e facetas, o Estado nacional encontra-se na iminência de tornar-se o que o cientista político americano Francis Fukuyama denomina de Estado falido. Uma combinação revoltante de inércia e desídia por parte do Poder Público, em todas as suas instâncias, contribui desastrosamente para o agravamento da crise da segurança pública e para o acirramento da sensação de impunidade e impotência do cidadão indefeso em face de quadrilhas, milícias e esquadrões pesadamente armados.

Se o gravoso quadro da segurança pública brasileira está razoavelmente delineado, incumbe e impõe-se a esta Comissão a adoção premente de medidas e iniciativas que contribuam para a deflagração de um eficaz combate à escalada do mal da violência e da insegurança que a todos nos atinge.

À vista, portanto, dessa clamorosa situação, conclamo os nobres pares da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a sufragar a iniciativa que ora proponho de promover encontros regionais com Secretários Estaduais de Segurança Pública, a fim de auscultar, *in loco*, os clamores e as aflições da cidadania nacional. Destarte, este Colegiado estabelecerá um canal de audiência direta com quem mais necessita da pronta ação do Poder Público e, a partir daí, estará efetivamente em condições de compor um diagnóstico mais preciso da situação e propor as medidas e a medicação legislativa adequadas para debelar o avanço do flagelo da criminalidade que hoje acomete e ameaça a sociedade brasileira como um todo.

Sala da Comissão, de março de 2015.

Deputado José Priante
PMDB/PA